

## “DE SERVO A VIGÁRIO DE CRISTO” *A Potestas Papal no Período de Gregório VII*

Prof. Ms. Agemir de Carvalho Dias

Teologia – FEPAR e FATESUL  
Doutorando em História - UFPR  
Pesquisador - NUPPER  
[agemir@terra.com.br](mailto:agemir@terra.com.br)

### **Resumo**

Neste artigo discutimos o desenvolvimento do poder do Papado no período de Gregório VII. O poder sobre a Igreja é disputado pelos Papas e as autoridades seculares. Procuramos demonstrar que a Reforma da Igreja buscada pelos monges de Cluny e pelo Império levou a uma centralização do poder da Igreja e a uma reivindicação do poder absoluto pelo papado levando ao conflito entre poder religioso e poder secular.

Palavras-Chave: Igreja Cristã; Gregório VII; Reforma Monástica.

### **Abstract**

This paper discusses the Pope's power development at Gregory VII period. Popes and secular authorities dispute the power over the Church. It was tried to show that the Church Reform searched by Cluny monks and the Empire took to the Church power centralization and to the absolute power claim by the Pope. This context generated a conflict between religious and secular power.

Keywords: Christian Church; Gregory VII; Monastic Reform

## INTRODUÇÃO

Entender o que se passou na Idade Média é uma tarefa que nem sempre desempenhamos com sucesso. Enfrentamos diversos problemas: a escassez de fontes acessíveis, a tentação de transpor conceitos modernos para o passado, interpretar o passado a partir dos nossos preconceitos.

Procuramos, neste trabalho, enfrentar estas dificuldades com consciência dos problemas. A nossa pesquisa se baseou primeiramente na bibliografia disponível, fizemos uma seleção que procurou abranger diversas visões. Pensamos em pesquisar do século 10 até o século 13, contudo vimos que isto fugiria o nosso propósito, de modo que fizemos o recorte do começo do movimento reformista até o papado de Gregório VII.

É nesse período que a idéia do poder papal se afirmou como sendo necessária para implantar na Igreja uma série de reformas de inspiração monástica. Estas reformas acabaram ocorrendo e, em certa medida, deram à Igreja o perfil que ela tem até os dias de hoje. No período que enfocamos, a Igreja estabeleceu a distinção cada vez mais clara entre clérigos e leigos, centralizou sua vida em torno do papa, passou a se afastar paulatinamente do poder secular e normatizou a vida do clero a partir do ideal monástico.

Procuramos demonstrar que o movimento reformista nasceu de uma renovação da vida eclesiástica em Cluny e em outros mosteiros influenciados por seu ímpeto reformador. Por isso, não ficamos presos à querela da investidura. Pelo que se percebe da pesquisa, tanto os imperadores quanto os papas queriam uma Igreja reformada. Contudo, há uma divergência: quem exerceria o poder sobre essa Igreja? Gregório VII proclamou de forma contundente que o poder pertence ao papa, e pagou um alto preço por sua pretensão.

### 1. O PARTIDO REFORMISTA E O PODER DO PAPA

A separação entre *autoritas* e *potestas* foi defendida pelo papa Gelásio 1.º (492-496), que propôs a idéia de que o mundo é governado por dois poderes: a sagrada autoridade dos bispos e o poder real. O primeiro é o mais pesado, pois tem que dar conta do segundo diante de Deus (cf. Barraclough, 1972: 33). Tanto o Papado quanto o Império sofriam com as migrações germanas. A carta escrita por Gelásio defendendo a divisão de esferas de competência quando Teodorico, rei dos godos, era senhor da Itália e Gelásio estava sob seu poder – por isso pode cometer esta audácia diante do imperador Anástacio. A tese se tornou a doutrina oficial do Papado por grande parte da Idade Média. Discute-se muito o alcance desta divisão de esferas de competência e sobre com quem de fato estava a supremacia.

Podemos dizer que a Igreja em geral estava sob o domínio da *potestas*, como descreve Paul Johnson:

“Até a última parte do século 11, o equilíbrio inclinava-se pesadamente para o braço secular. Carlos Magno julgara o papa Leão 3.º, e

confirmara-o em seu cargo após a sentença. Em uma carta a Leão, que chegou até nós, ele o trata, com bastante objetividade, como o mero chefe de seus bispos. E estes eram funcionários reais. Ajudavam o governo a administrar, julgavam, coletavam impostos, agiam como emissários reais para partes distantes dos domínios; assumiam uma posição nas frotas e exércitos, onde tinham papéis definidos a desempenhar; e, talvez, acima de tudo, ajudavam o rei ou imperador a legislar. Eram imensamente bem providos de terras, a fim de poder se desincumbir de suas tarefas [...] Naturalmente, então, era o rei ou imperador que os nomeava [...] Com efeito, o rei controlava e supervisionava a Igreja. Mais da metade da legislação carolíngia trata de questões eclesiásticas, abrangendo desde a forma das barbas dos bispos até o destino dos filhos bastardos dos clérigos”.

(Johnson, 2001: 229)

Como observou Johnson, para os imperadores a Igreja era uma serva e não uma inimiga, e da mesma forma esta situação tinha muitas vantagens para a Igreja. A questão que se levanta é sobre por que o Papado, abruptamente, tentou inverter a situação.

Foram dadas diversas respostas a esta pergunta. Johnson (2001: 232) defende a idéia de que o poder da coroa em face de outros elementos da sociedade (a nobreza laica e eclesiástica) entrou em lento declínio por toda a Europa. Mas o Império ainda teve força suficiente para lançar um movimento de reforma, que logo saiu do seu controle. Gregório VII repudiou a idéia do imperador como rei-sacerdote, e em certo sentido inverteu a antiga teoria imperial colocando-a de “cabeça para baixo” (Johnson, 2001: 233). O império perdia força sem a Igreja. Mircea Eliade afirma que “a mais original reavaliação do legado pagão foi a promoção do rei a *Christus Domini*, a ‘Ungido do Senhor’” (Eliade, 1984), ou seja, o rei se tornava sagrado, e qualquer atentado contra ele era um atentado contra Deus. Para Johnson, os reformistas e o papa Gregório VII pretendiam estabelecer uma aguda diferenciação entre clérigos e leigos e também estabelecer as diversas hierarquias entre os clérigos. Era preciso tornar o clero independente. Vê-se na análise de Johnson que o elemento motivador da atitude de Gregório VII, no seu confronto com o imperador Henrique IV, foi a usurpação da *potestas* pelo papa.

“Não há muitas dúvidas de que Gregório 7.º tenha sido o agressor, porquanto Henrique 4.º só estava repetindo o que fora feito por todos os seus predecessores”. (Johnson, 2001: 231)

Uma outra visão dos fatos é proposta por Knowles e Obolenski (1974). Para eles, o movimento de reforma da Igreja é mal compreendido pelos historiadores, que não focalizam devidamente a questão, concentrando-se na disputa entre Estado e Igreja e na questão das investiduras. Knowles e Obolenski apresentam um outro enfoque:

“Considerada num contexto mais amplo ainda, até mesmo o vasto terreno da reforma eclesiástica e religiosa não passa de um aspecto da evolução da Europa ocidental que passava do estado de tutela intelectual para uma adolescência de capacitação intelectual e prática; faz parte, na verdade, da nova vida que, em vista de outras manifestações, passou a ser chamada o renascimento dos séculos 11 e 12. A centralização do poder papal, a reforma monástica, o ressurgimento do direito civil e canônico, são alguns dos aspectos do

mesmo movimento intelectual que inspirou a nova dialética, a fundação de escolas, a arte românica, e o Domesday Book (cadastro das terras inglesas, organizado por ordem de Guilherme, o Conquistador)". (Knowles e Obolenski, 1974: 179)

A partir desta perspectiva mais ampla, é possível analisar o problema das investidas como sendo um aspecto da particularização da Igreja. O fenômeno da "Igreja própria", como também o progresso do Papado, só pode ser entendido a partir da longa tradição da sé romana. O século IX, principalmente o período do no entanto curto papado de Gregório VII, foi de mudanças significativas e duradouras no que diz respeito à potestas papal.

Para Knowles e Obolenski, os reformadores estavam imbuídos de uma ideologia religiosa moldada no renascimento espiritual que se iniciara no começo do século X com a fundação da abadia de Cluny. Os papas reformistas estão imbuídos de uma ideologia monástica: "*viam o mundo como se fosse um mosteiro, e as soluções que apresentavam eram de caráter monástico*" (Knowles e Obolenski, 1974: 181).

A reforma da Igreja passava por uma transformação de qualidade, deixando de ser uma ação das "bases" periféricas que influenciaram a reforma em diversos lugares para se tornar uma reforma a partir do centro e para isso era preciso um Papado totalmente renovado. A reforma tinha a simpatia e o patrocínio do Império. Contudo, para Knowles e Obolenski, os papas reformadores sofreram uma transformação com a subida ao poder. O poder modificou os monges, pois agora eles detinham uma poder que podia realmente transformar a Igreja: de servos passaram a senhores.

"É exatamente pelo fato de muitos dos primeiros reformadores serem monges, e terem suas próprias ordens religiosas relativamente sob controle, que puderam concentrar sua atenção em outras classes. Como veremos depois, sua panacéia consistia em fazer da Igreja uma monarquia, pela aceitação universal da vida regular, e pela imposição do sistema de vida monástico, enquanto possível, ao clero secular e aos leigos. Restava ainda o clero, do papa para baixo: bispos, sacerdotes, ordens menores. Neste ponto o erro fundamental, que só agora se tornava claro, era a absorção do clero pela sociedade leiga". (Knowles e Obolenski, 1974: 185)

Knowles e Obolenski contextualizam a questão dentro do desejo de reforma da Igreja a partir da perspectiva do movimento monástico. Contudo, isto não explica o conflito entre o Papado e o Império, pois o movimento reformista só chegara à sé de Roma com o patrocínio de Henrique III, que tinha o maior interesse em um clero purificado, visto que, como afirma Johnson, "*o Estado, sem a Igreja, era nada*" (Johnson, 2001: 233).

Quem fez uma outra análise para o afastamento do Papado em relação ao Império foi Geoffrey Barraclough (1972). Ele concorda que o movimento reformista era fruto da reforma religiosa que acontecera em Cluny, mas não que a disputa se desse entre reformistas e poder secular, ou que ela fosse uma transformação na maneira de os monges reformistas entenderem o poder papal: o problema situava-se na morte de Henrique III e no período que vai até a posse definitiva de Henrique IV. Para Barraclough, a regência de Inês, viúva de Henrique III, foi determinante para os

reformistas se afastarem da influência do império. Henrique III havia conduzido ao papado quatro reformistas: Clemente II (1046-1047), Damaso II (1048), Leão IX (1049-1054) e Vítor II (1055-1057). Em 1056, o imperador morreu e nestes dez anos de papas reformistas não houve sinais de oposição entre a monarquia e o partido reformador (cf. Barraclough, 1972: 87). O único filho de Henrique III contava dez anos de idade quando da morte do pai. Depois de Vítor II, elevou-se ao pontificado Estêvão IX (1057-1058), que era do partido reformista. Quando este novo papa faleceu, a nobreza romana elegeu Bento X na tentativa de retomar o poder da Igreja. Hildebrando (futuro Gregório VII), que já era o homem forte do partido reformista, estava em missão fora de Roma, mas voltou de imediato e patrocinou a eleição de Nicolau II (1059-1061), o bispo de Florença. Em seguida, Alexandre II (1061-1073) assumiu o pontificado, também pelo partido reformista.

Vê-se que, com a morte de Henrique III, o Papado reformista ficou sem o seu protetor. Como a nobreza de Roma buscava retomar o poder – que já havia detido – de eleger os papas, o Papado corria o perigo de ficar a mercê dos partidos romanos. Por isto a virada política do Papado, buscando aliança com os inimigos do Império.

O partido reformador recebeu o apoio de Godofredo de Lorena, a “pessoa mais poderosa da Itália central” (Barraclough, 1972: 89) e o mais importante oponente de Henrique III na Itália. Os cardeais elegeram Estêvão IX, que era irmão de Godofredo. Com a morte deste novo papa, foi com o assentimento de Godofredo que eles escolheram Nicolau II.

Na luta contra Bento X, Nicolau II procurou se aliar com outra força de oposição ao Império: os normandos. O papa firmou acordo concedendo-lhes terras em Cápua, Apúlia, Calábria e mesmo na Sicília, ficando os normandos obrigados ao pagamento de uma soma anual e ao auxílio militar. Este acordo provocou a hostilidade tanto do Império do Ocidente quanto do Império do Oriente, mas permitiu ao papa entrar em Roma com os melhores guerreiros de que podia dispor, assim derrotando Bento X. Nicolau II, por sua vez, fez alianças com os *patarini*, que, além de auxiliarem a obter do arcebispo de Milão um compromisso de submissão e obediência, principalmente mantinham relações muito boas com a França.

Entre as medidas tomadas por Nicolau II, a que certamente mais afrontou o Império foi o decreto eleitoral de 1059, reafirmado e acrescido de sanções por um sínodo em 1060. O decreto estabelecia como normas para a eleição do pontífice que o papa deveria ser escolhido pelos cardeais e o rei da Germânia apenas receberia uma comunicação. Roberto Guiscardo, chefe dos normandos, declarou concordar com o decreto, assim se tornando o fiador do novo sistema. Estava estabelecido o conflito: um sínodo de bispos alemães declarou nulo esse decreto e, com a morte de Nicolau II, os bispos alemães criaram um novo cisma, pois o colégio cardinalício elegeu Alexandre II (1061-1073), enquanto os bispos alemães, com o apoio do império, elegeram Honório II. Henrique IV apoiou o antipapa e durante os dez anos do cisma as relações entre o Papado e o imperador se deterioraram irremediavelmente. É nessa situação que, em 1073, o partido reformista elegeu Gregório VII.

Historiadores protestantes, como o presbiteriano Robert Hastings Nichols (1981) e o batista Kenneth Scott Latourette (1958), verão o desenvolvimento do poder papal no século XI a partir da reforma espiritual: os conflitos podem ser entendidos a partir da

luta da Igreja contra o poder secular. Nichols, analisando o surgimento do movimento reformista, fez a seguinte avaliação:

“No começo do século XI, surgiu um partido reformista com o propósito de levantar a Igreja de sua decadência. Era composto principalmente de homens que tinham sido treinados no zelo e na vida rigorosa de Cluny, ou nos mosteiros que estavam sob sua influência. A idéia geral da sua política reformadora era libertar a Igreja dos laços que a prendiam aos poderes e interesses mundanos”.

(Nichols, 1981: 77)

Latourette identificou o ideal dos reformistas com os ideais modernos de separação entre Igreja e Estado:

“El espíritu nuevo no podía tolerar con complacencia la dominación continua del papado por los santos emperadores romanos. Aun cuando éstos se habían tomado principalmente la responsabilidad de colocar hombres fuertes en el trono papal, esta acción suya representaba una dominación ejercida por los príncipes laicos, la que amenazaba con la secularización de la Iglesia, cosa que, para lo más ardientes de entre los reformadores significaba la simonía. Su ideal era el de una sociedad cristiana que fuera independiente de aquellos señores, y que, en caso de un conflicto de autoridad, fuera la suya la suprema”. (Latourette, 1958)

A identificação da reforma religiosa realizada em Cluny como elemento impulsionador da centralização do poder papal, comum em todas as análises até aqui, leva-nos a refletir um pouco mais sobre o significado dessa reforma e de como ela adquiriu tamanha importância, influenciando todo o império. A análise do movimento pode nos ajudar na compreensão dos mecanismos que levaram a reforma do século XI à centralização do poder.

## **2. A REFORMA RELIGIOSA DE CLUNY E A CENTRALIZAÇÃO DO PODER PAPAL**

Antes de começar a análise, devemos fazer algumas ressalvas quanto ao movimento monástico. Primeiramente, ele não se constituiu como uma iniciativa de clérigos. Pelo contrário, trata-se de uma iniciativa leiga que, muitas vezes na história, esteve em contraposição à hierarquia da Igreja. Lembramos também que não há unidade nos seus primórdios: são diversas as maneiras da vida monástica, desde os eremitas no deserto ou em grutas até aqueles que constituíam comunidades com uma forte preocupação organizacional.

Um ponto comum no início do monasticismo é a sua “revolta” contra a organização eclesiástica e o sistema episcopal em particular (cf. Johnson, 2001: 173). Por isso é irônico afirmar que a centralização do poder da Igreja no século XI tem sua origem em um movimento que nasceu em mosteiros. Os mosteiros nascem como iniciativas particulares de cristãos dispersos, não como uma ação da Igreja institucionalizada. Assim, devemos falar de *movimentos monásticos*, no plural.

No Oriente, o monasticismo sofreu influência de Basílio, bispo de Cesaréia: “entre os séculos VIII e IX, dizia-se que havia cem mil monges vivendo sob o governo de Basílio” (Johnson, 2001: 170).

Sob a proteção do Império do Oriente, os mosteiros não tinham um objetivo econômico, dependiam de doações, vivendo em grande pobreza. Seus membros eram recrutados nos segmentos mais baixos da estrutura social, sendo que muitos eram analfabetos e poucos chegavam a se tornar sacerdotes. Já no Ocidente, o movimento adquiriu uma nova estrutura. Martinho de Tours, um dos primeiros introdutores do monasticismo neste lado do mundo, deu aos seus seguidores a missão de converter e educar. Assim, desde cedo os monastérios exerceram papel importante dentro da sociedade. Por isso, no Ocidente a vida monástica atraiu elementos de condição mais privilegiada, ao contrário do que ocorreu no Oriente.

No Ocidente, houve duas grandes correntes: a irlandesa, liderada por Columbano, e o movimento iniciado por Bento de Núrsia, que fundou um mosteiro em Monte Cassino. O monasticismo celta de Columbano se espalhou por diversas regiões e se caracterizou por sua liberdade em relação às hierarquias.

“Columbano não tolerava a supervisão nem a interferência de bispos locais em casas monásticas fundadas por ele em suas dioceses. Intimado a defender-se em uma conferência episcopal ocorrida em Châlons, em 603, ele declinou, foi declarado contumaz e expulso da Gália. Transferiu-se para a Itália, onde fundou mais monastérios sem resolver o problema.” (Johnson, 2001: 176)

Por sua vez, o tipo de mosteiro iniciado por Bento acabou servindo ao Papado. Gregório I escreveu uma biografia de Bento e fez de tudo para impor a regra beneditina a todo o monasticismo ocidental. Esta regra apresentava uma superioridade em relação às demais ao se caracterizar pelo bom senso e pela praticidade. Os monastérios eram organizados de forma severa e ao mesmo tempo decente. Além das horas litúrgicas, os monges gastavam seu tempo com trabalhos manuais e leituras sagradas. O movimento monástico cresceu e em grande parte da Europa a terra arável passou para as mãos destes homens altamente disciplinados, comprometidos com uma doutrina de trabalho árduo (cf. Johnson, 2001: 178).

No Ocidente, com a destruição do Império, o antigo sistema de educação desapareceu e cada vez mais os monastérios foram assumindo a tarefa da instrução e da transmissão do conhecimento, o que permitiu uma reelaboração de toda a cultura a partir de uma ótica cristã.

Detentores de patrimônio imóvel considerável e de patrimônio cultural, os mosteiros se tornaram, na Idade Média, importantes centros econômicos: “*ergueram a Europa do fosso do mundo pós-romano [...]além disso, em virtude do caráter internacional de sua organização, asseguraram que a transmissão e difusão dessa cultura se desse o mais rápido possível*” (Johnson, 2001: 191).

O sucesso dos mosteiros no medievo foi também a causa da sua decadência: eles se tornaram alvo de interesse e de disputas pelos senhores feudais, os reis e os bispos, também sendo alvo de assaltos e saques por grupos invasores. Contudo, no século X o

seu ideal readquiriu força com a construção de Cluny, que se tornou o grande centro monástico daquele século e do seguinte.

O mosteiro de Cluny foi fundado por Guilherme de Aquitânia, por volta de 909, sob a direção de Bernon, um abade que pretendia restabelecer a disciplina e a ordem original da regra beneditina. O seu bom resultado está relacionado a três motivos principais: a) a sua independência em relação aos senhores feudais (Guilherme doou os bens do mosteiro e o colocou sob a proteção direta de Roma); b) durante os séculos X e XI, os seus abades foram homens comprometidos com a aplicação da regra beneditina de forma estrita, além de serem longevos e bons administradores; c) o apoio de príncipes e de reis e também do Império ao seu programa de reforma da vida religiosa.

“Estes movimentos reformistas encontram séria oposição sobretudo por parte dos bispos e das velhas comunidades beneditinas, que teimam em manter os hábitos tradicionais. Por fim, é a monarquia que ajuda a por termo à resistência. Em França, o segundo rei capetíngio, Roberto, o Piedoso (996-1031), dá o seu apoio a Cluny. Na Alemanha, todos os reis do século 11 apóiam, de uma maneira ou de outra, os reformadores da escola Lorena [...] Henrique 3.º (1039-1056), filho de Conrado, casa com a filha do duque da Aquitânia, patrono hereditário de Cluny, e é amigo íntimo do abade Odilon, que apreciava os seus esforços no sentido de reformar a Igreja da Alemanha e da Itália e de impedir a aristocracia romana de impor a sua ascendência ao papado”. (Barraclough, 1972: 80)

No final do século XI, Cluny mantinha cerca de 300 mosteiros sob a sua jurisdição, e foi o grande sustentáculo eclesiástico dos papas reformistas. Devemos lembrar que de Silvestre II (998-1002) até são Bernardo (1153), a era de reformas foi dominada por papas que, quase sem exceção, eram monges.

É de se perguntar o teor da reforma proposta pelos monges de Cluny. Eles pensavam uma vida religiosa a partir da consagração estabelecida pela vida monástica. Constituído por sacerdotes e bispos, o clero em geral não era muito diferente do povo comum (no caso dos sacerdotes) e dos senhores feudais (no caso dos bispos).

“O papa não passava de um barão romano e pequeno soberano, muitas vezes também capelão e súdito do imperador; os bispos, em geral bastante ricos, eram pessoas influentes entre os barões feudais; os sacerdotes eram pequenos agricultores, casados, não passavam muitas vezes de elos de uma cadeia hereditária; o clero não formava um corpo organizado, e não podia servir de fermento ou de luz para o resto do mundo”. (Knowles e Obolenski, 1974: 183)

O movimento reformista nascido em Cluny propunha três pontos: a) combate à nomeação dos bispos pelos poderes laicos, o que era chamado de *simonia* (o comércio de cargos eclesiásticos); b) combate ao casamento do clero (chamado de *nicolaitismo*), assim impedindo uma sucessão sacerdotal hereditária; e c) centralização do poder da Igreja no papa. A proposta reformista, que à primeira vista tem um caráter eminentemente eclesiástico, naquele tempo feria uma série de interesses já estabelecidos e por isso sofreu uma aguda oposição por significativa parte dos bispos, do clero, e por fim a resistência do imperador.

“A desvalorização dos bispos constituiu, para o clero como um todo, talvez a mais funesta consequência do programa de reformas do pontificado. A partir do século XI, eles perderam seu poder e independência com relação a aspectos como a liturgia, canonização, inspeção de abadias e conventos e definições legislativas e doutrinárias”. (Johnson, 2001: 255)

Como já vimos, o programa de reformas acabou em conflito. Em um primeiro momento, o conflito se restringiu aos meios eclesiásticos, a seguir se estendendo a todo o Império, principalmente por envolver Gregório VII e Henrique IV.

### 3. GREGÓRIO VII E O PODER PARA FAZER REFORMAS NA IGREJA

Toda uma série de instrumentos havia sido criada pelos papas reformistas para implantar o seu programa: a) Leão IX iniciou o seu pontificado em Roma convocando um sínodo pascal em que foram renovados os antigos decretos contra a simonia; b) o mesmo papa nomeou uma série de cardeais comprometidos com a reforma (Hugo Cándido, Udon de Toul, Frederico de Lorena e Humberto de Moyenmoutier); c) houve uma reforma do direito canônico com a implantação da Coleção em 74 títulos substituindo o Decretum de Burcardo – na Coleção, a ênfase estava na autoridade do papa e em suas prerrogativas; d) Nicolau II aprovou o decreto eleitoral, concedendo aos cardeais bispos a prerrogativa de eleição do papa.

Gregório VII acompanhou todos os papas reformadores antes de ele mesmo assumir o cargo: era o homem forte que articulou a reforma e a implantou. Assumindo o pontificado em um momento delicado, entrou em conflito com o imperador Henrique IV, e tal confronto teve momentos grandiosos. Excomungado pelo pontífice, por três dias o imperador fez penitência em Canossa, para conseguir o perdão papal. Por outro lado, Henrique IV promoveu a eleição de um antipapa e Gregório VII morreu no exílio, sem ver a vitória dos seus ideais.

O projeto de poder de Gregório VII está exposto nos *Dictatus papae* (1090):

“[...]”

2. Que solamente el pontífice romano tiene derecho a ser llamado universal.

3. Que sólo él puede deponer e reintegrar a obispos.

[...]”

8. Que solamente él puede usar la insignia imperial.

[...]”

12. Que le es permitido deponer a emperadores.

[...]”

20. Que nadie se atreverá á condenar a uno que apele a la silla apostólica.

[...]”

26. que aquel que no está en paz con la Iglesia romana no será considerado católico”.

(GREGÓRIO VII, disponível em [www.fordham.edu/hasall/sources/es-g7-dictpap.html](http://www.fordham.edu/hasall/sources/es-g7-dictpap.html))

Essa pretensão ao poder absoluto do papa refletia toda uma trajetória marcada pela busca da reforma e do seu instrumento de eficácia: era necessário subordinar ao Papado a Igreja e também o poder secular, ou a reforma não seria efetivada. O ideal da vida monástica estava sendo implementado com toda firmeza para toda a Igreja e encontrou um homem disposto a tudo para alcançar os seus objetivos.

Em 1081, quando a luta contra Henrique IV lhe era desfavorável, Gregório VII explicou suas razões em uma carta ao bispo Hermann de Metz. A deposição de Henrique provocou simpatia pelo imperador, que convocou dois concílios: Mainz e Brixen. Em ambos o papa foi declarado deposto. Gregório VII explicou assim a sua posição: a) ele era um eleito de Deus; b) o seu ato de deposição e excomunhão do imperador era um ato de coragem; c) Henrique IV era um homem que desprezava a lei cristã, um destruidor das igrejas e do Império, um defensor e companheiro de hereges; d) o papa dispunha de poder para tomar a atitude que tomou, o que estava de acordo com a Sagrada Escritura e com a tradição; e) todo poder instituída por leigos está sujeita ao poder do papa, em conformidade com a vontade de Deus; f) muitos papas excomungaram reis e imperadores (aqui foram citados exemplos); g) os reis e imperadores buscam o socorro da Igreja na hora da morte para conseguirem a salvação eterna; h) os reis não têm autoridade para ordenar um só clérigo e muito menos para depô-lo; i) depois de condenar os bispos que seguiam os maus reis, a conclusão veio como uma conclamação:

“Por conseguinte, humildemente obedeçam aqueles que a santa Igreja – por sua própria vontade e por conselho próprio – convoca para o governo e o domínio, não para glória transitória, mas para a salvação de muitos”. (BETTENSON, 1998: 185)

Gregório VII, o grande articulador da reforma religiosa, morreu no exílio, sem ter conseguido atingir qualquer dos seus objetivos. A sua grandeza estava justamente nos ideais que deixou para os seus sucessores, pois colocou o Papado no caminho do domínio universal. Contudo, os conflitos por ele iniciados fizeram com que seus sucessores tivessem de resolvê-los antes de continuarem o trabalho de reforma da Igreja e de centralização do poder.

## CONCLUSÃO

O poder reivindicada pelos papas no período estudado se baseava em um conceito de superioridade espiritual desenvolvido nos mosteiros. A população reconhecia esta superioridade em relação aos demais religiosos. O movimento monástico detinha todo um “capital” de organização e cultura.

Havia uma certeza de que o modo de vida proposto por aquele ideal religioso deveria ser levado a todos os homens. O ideal juntou-se ao poder quando assumiu o Papado e a partir de então adquiriu uma lógica própria: a da Sé Romana.

Inicialmente baseada no exemplo, na educação e na conversão, a reforma teve um instrumento de poder no Papado, que precisou vencer os seus inimigos. Enquanto o império o auxiliou, o Papado esteve submisso, mas quando o auxílio faltou, o papado se lhe contrapôs tenazmente.

A afirmação da *potestas* no período de Gregório VII só encontrou eco por causa da autoridade moral dos papas monges, de homens que buscaram a reforma da Igreja e não tiveram medo de enfrentar inimigos poderosos, pois criam que Deus “não permite

que seus eleitos se extraviem completamente e nunca permite que caiam inteiramente ou sejam derrubados” (Gregório VII apud Bettenson, 1998: 178).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Néri de Barros. O alvo da história da Igreja e a história da Igreja como alvo: O exemplo da Idade Média central (Séculos XI-XIII). *Revista de Estudos da Religião*, n. 2, 2004: 65-78.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Os papas na Idade Média*. Lisboa: Verbo, 1972.
- BETTENSON, Henry. *Documentos da igreja cristã*. São Paulo: Aste, 1998.
- CHEVALIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GREGÓRIO 7.º. *Dictatus papae 1090*. Disponível em [www.fordham.edu/hasall/sources/es-g7-dictpap.html](http://www.fordham.edu/hasall/sources/es-g7-dictpap.html)
- JANUS. *O papa e o concílio*. Trad. introd. Rui Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Elos, s/d.
- JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KNOWLES, David; OBOLENSKI, Dimitri. “A Idade Média”, in \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Nova História da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- LATOURETTE, Keneth Scott. *Historia del Cristianismo*. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1958.
- NICHOLS, Robert Hastings. *História da igreja cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- PACAUT, Marcel. *Les Structures de l’Occident Médiévale*. Paris: Armand Colin, 1969.

## SITES PESQUISADOS

[www.vatican.va](http://www.vatican.va)  
[www.pucsp.br/rever/rv2](http://www.pucsp.br/rever/rv2)  
[www.fordham.edu/halsall/source](http://www.fordham.edu/halsall/source)